



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE E DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E  
TRANSGÊNEROS**

**5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**23 DE SETEMBRO DE 2011**

**ATA**

1 Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na Sala de  
2 Conferências do décimo andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos  
3 da Presidência da República, reuniu-se o Conselho Nacional de Combate à  
4 Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e  
5 Transexuais – CNCD/LGBT, em sua 5ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Sr.  
6 Ramais de Castro Silveira. **Estiveram presentes:** Sra. Irina Bacci – Vice-Presidente  
7 do CNCD/LGBT; o Sr. Igo Matini – Secretário Executivo do CNCD/LGBT; o Sr.  
8 Carlos Alberto Monteiro Alves – Representante Titular da Central de Movimentos  
9 Populares/CMP/RJ; a Sra. Rafaelly Wiest - Representante Suplente da Associação  
10 Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; o Sr.  
11 Carlos Eduardo da Cunha Oliveira – Representante do Ministério das Relações  
12 Exteriores – MME; o Sr. Sérgio Sepúlveda – Representante do Ministério do  
13 Trabalho e Emprego/MTE; o Sr. Toni Reis – Representante Titular da Associação  
14 Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; o Sr.  
15 Leandro Colling – Representante Titular da Associação Brasileira de Estudos da  
16 Homocultura – ABEH; o Sr. Francisco Antônio de Souza Brito – Representante  
17 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS; o Sr. Fábio  
18 Meireles – Representante do Ministério da Educação/MEC; a Sra. Keila Simpson –  
19 Representante do Segmento TRANS/ABGLBT; a Sra. Yone Lindgren –  
20 Representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e  
21 Transexuais – ABGLT; a Sra. Janaína Oliveira – Representante da Rede Afro  
22 Negros e Negras LGBT; a Sra. Marinalva Santana – Representante da Liga  
23 Brasileira de Lésbicas – LBL; a Sra. Lohren Beauty – Representante do Grupo E-  
24 Jovem; o Sr. Zezinho Prado – Representante da Confederação Nacional dos

25 Trabalhadores em Educação – CNTE; o Sr. Marcus de Abreu Freire –  
26 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; o Sr. Chopelly  
27 Glaudystton Pereira dos Santos – Representante da Articulação Nacional de  
28 Travestis e Transexuais – ANTRA; a Sra. Ana Gabriela Nascimento Sena –  
29 Representante suplente do Ministério da Saúde; o Sr. Vinícius Alves da Silva –  
30 Representante Suplente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais,  
31 Travestis e Transexuais – ABGLT; o Sr. Gustavo Bernardes – Coordenador de  
32 Promoção dos Direitos de LGBT; O Sr. Pedro Ferreira – Representante da Ouvidoria  
33 Nacional/Disque Direitos Humanos; Sra. Ivanilda Figueiredo – Chefe de Gabinete da  
34 Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Humanos; Sra. Tamara –  
35 Representante do Ministério da Educação/MEC. **Pauta.** 1. informes da mesa dos  
36 conselheiros e conselheiras; 2. Disque Direitos Humanos com a presença do  
37 Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, Doutor Domingos de Sávio da Silveira e do  
38 chefe do Disque, Sr. Pedro Ferreira; 3. Deliberações e apresentações da Comissão  
39 Organizadora da Conferência Nacional; 3.1. Informes da Comissão da Coordenação  
40 Organizadora; 3.1. Informes da Subcomissão Conteúdo; 3.4. Informes da Comissão  
41 de Mobilização; 3.5. Informes da Comissão Comunicação; 3.5. Informes das  
42 representações nas Conferências Estaduais. 4. Encaminhamentos finais; 5.  
43 Encerramento. **Abertura.** Após verificação de quórum o presidente do Conselho  
44 Ramaís de Castro da Silveira iniciou a reunião cumprimentando a todos. Pediu  
45 desculpas em nome da Secretaria de Direitos Humanos pelo espaço reservado  
46 àquela reunião. Esclareceu que devido obras pelas quais as salas da Secretaria  
47 vinham passando, aquele espaço era, naquele momento, o único capaz de  
48 comportar as necessidades mínimas que o Conselho precisava. Em seguida passou  
49 à aprovação da pauta. Questionou se havia algum ponto de inclusão ou exclusão na  
50 pauta que os conselheiros desejavam manifestar. O conselheiro Marcos de Abreu  
51 Freire questionou se seria incluída a discussão da questão da representatividade do  
52 Conselho na Comissão do Comitê de Saúde que estava sendo discutido. A  
53 conselheira Irina Bacci informou que recebera naquele momento, através do celular  
54 um e-mail do Sr. Cláudio Nascimento, intitulado denúncia ao Conselho Nacional de  
55 Combate à Discriminação, também encaminhado ao e-mail do CNCD. Solicitou que  
56 o secretário executivo do Conselho imprimisse o e-mail para que o Conselho  
57 pudesse tomar conhecimento da denúncia e pautá-la. O presidente Ramaís de  
58 Castro Silveira esclareceu aos dois conselheiros que a questão poderia ser inserida  
59 nos informes. **Informes.** O conselheiro Sérgio Sepúlveda informou e solicitou que o  
60 Conselho divulgasse que estava marcada para o dia 18 de outubro de 2011, a partir

61 das 14 horas e 30 minutos, no auditório do Edifício Sede do Ministério do Trabalho e  
62 Emprego, a audiência pública que trataria do Plano de Qualificação Profissional  
63 LGBT, o PLANSEQ/LBGT. O conselheiro Fábio Meireles informou que no dia 14 de  
64 outubro de 2011, o Ministério da Educação juntamente com a Secretaria Especial de  
65 Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR e a Secretaria de Políticas para  
66 as Mulheres/SPM estariam lançando o material do curso Gestão em Políticas  
67 Públicas em Gênero e Raça no GPT que tinha um módulo sobre sexualidade, na  
68 UERD, Rio de Janeiro. O conselheiro Celso Francisco Tondin informou que foi  
69 enviado à Secretaria Executiva do Conselho um comunicado informando a  
70 existência de um Projeto de Decreto Legislativo/PDC que procurava sustar dois  
71 artigos da Resolução do Conselho Federal de Psicologia, número 01/99 que  
72 estabelecia normas para a atuação dos psicólogos em relação à orientação sexual.  
73 E solicitou ao Conselho Nacional uma manifestação a respeito com proposta de uma  
74 nota. A conselheira Irina Bacci ponderou que, salvo engano, por problemas de  
75 organização no Conselho desde o início dos trabalhos só conseguiram aprovar e  
76 elaborar até aquela data uma ata. Isso dificultava o trabalho não só de  
77 representantes da sociedade civil, mas também do Governo para dar  
78 encaminhamento às ações dentro das representações e principalmente para dar  
79 encaminhamento para aquilo que era decidido nas reuniões. Solicitou junto ao  
80 presidente do Conselho que as atas fossem enviadas com pelo menos 15 dias de  
81 antecedência às reuniões Plenárias, para que fosse possível fazer apontamentos  
82 para a elaboração da pauta. O secretário executivo Igo Martini esclareceu que por  
83 problemas técnicos da Secretaria de Direitos Humanos, a empresa que realizaria o  
84 trabalho de atas, degravações e resumos executivos daquele Conselho e das  
85 demais Comissões e demais Comitês que compunham a Secretaria, havia firmado  
86 contrato dias antes daquela reunião. Informou que já havia recebido a ata da 4ª  
87 Reunião Ordinária do Conselho e acreditava que em 20 dias receberia as restantes.  
88 O conselheiro Zezinho Prado informou que era preciso pautar para uma próxima  
89 reunião uma discussão sobre a questão das Diretrizes Nacionais de Educação em  
90 Direitos Humanos, pois, o Conselho Nacional LGBT precisava se apoderar das  
91 diretrizes e com certo tempo de ler e discuti-las. O Conselheiro Carlos Alberto  
92 Monteiro Alves informou que foram realizadas no Rio de Janeiro dez Conferências  
93 Regionais com participação da sociedade civil. Ponderou que algumas prefeituras os  
94 ignoravam, mas continuavam com o apoio do Governo do Estado, da  
95 Superintendência, de projetos e da atuação do Movimento LGBT do Estado  
96 preparando a Conferência Estadual LGBT. O presidente Ramaís de Castro Silveira

97 informou que o projeto de lei que criava a Comissão da Verdade no âmbito do  
98 Governo Federal fora aprovado na Câmara dos Deputados com uma votação  
99 histórica. Ponderou que ainda deveria haver a tramitação no Senado Federal. A  
100 conselheira Keila Simpson informou que no dia seguinte àquele seria realizada a  
101 Conferência Territorial da Região Metropolitana de Salvador, com início às 8 horas  
102 da manhã, na cidade de Lauro de Freitas no espaço da UNIME com a convocação  
103 de 11 cidades que compunham a região metropolitana de Salvador na Conferência.  
104 A conselheira Chopelly Claudystton informou que existia no banheiro de um  
105 shopping LGBT, em Pernambuco, uma ameaça de que mais de 5000 skinheads  
106 estariam exaltando a homofobia e que começariam a “purificar o estado”. Destacou  
107 que o fato acontecia justamente no mês de outubro que era quando estaria  
108 acontecendo o 18º Encontro Nacional de Travestis. Ainda que a Secretaria de  
109 Direitos Humanos, já havia entrado em contato com todas as forças policiais do  
110 estado para averiguar o fato, porém, assim mesmo solicitava ao Conselho que se  
111 pronunciasse. Aproveitou para convidar os conselheiros do CNCD/LGBT para  
112 participarem do referido encontro. A conselheira Irina Bacci ponderou que não seria  
113 um caso de moção, mas sim de uma ação efetiva da Secretaria de Direitos  
114 Humanos em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco para que a  
115 ameaça não se concretizasse. O presidente Ramaís de Castro Silveira informou que  
116 quanto ao caso da denúncia, já havia encaminhamento de pedido para a Polícia  
117 Federal e para a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco para acompanhar  
118 e o Conselho estava acompanhando com ambos os órgãos tanto da Polícia Federal  
119 quanto do Estado de Pernambuco as ações pertinentes. O conselheiro Carlos  
120 Alberto Monteiro Alves deu sua opinião discordando da conselheira Irina Bacci.  
121 Enfatizou que era questão de moção de repúdio sim, pois era dever do Conselho se  
122 pronunciar. Em seguida, se disponibilizou a elaborar o texto e apresentar na  
123 segunda parte daquela reunião para que o Conselho aprovasse. O presidente  
124 Ramaís de Castro Silveira ressaltou que as associações dos conselheiros eram  
125 complementares, não havia problema algum em veicular uma moção, não apenas  
126 do fato em questão, mas mencionando o fato e dizendo que toda e qualquer  
127 iniciativa e manifestação nesse sentido devia ser repudiada veementemente pela  
128 sociedade e, se possível, ainda uma avaliação do Conselho. Ainda sugeriu que a  
129 Conselheira Chopelly Claudystton, juntamente com os conselheiros do CNCD/LGBT  
130 formulassem o texto para que no período da tarde pudessem aprovar. A conselheira  
131 Rafaelly Wiest informou que em reunião no dia anterior àquele, em conjunto com o  
132 movimento social e algumas entidades elaboraram uma carta de reivindicações. Em

133 seguida leu a carta com o seguinte teor: “As organizações da sociedade civil, abaixo  
134 assinadas, que integram o Conselho Nacional LGBT, reunidas em Brasília no dia 22  
135 de setembro de 2011, após discutir a atual conjuntura nacional em relação às  
136 políticas públicas do Governo Federal para defesa e promoção da população de  
137 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: considerando o relato das ações  
138 do primeiro Plano Nacional apresentado pelos ministérios para elaboração do texto  
139 base da 2ª Conferência Nacional LGBT; considerando o relato da Secretaria de  
140 Direitos Humanos no tocante das ações implantadas em 2011 bem como os  
141 relatórios e dados apresentados sobre a Campanha Faça do Brasil um Território  
142 Livre da Homofobia; considerando relatos sobre o próximo Plano Plurianual/PPA,  
143 elaborado e apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional que não  
144 especifica programas para população LGBT; considerando a suspensão por parte da  
145 Presidente Dilma Roussef, do material educativo de formação de educadoras e  
146 educadores que tem como finalidade a garantia do respeito a orientação sexual,  
147 identidade de gênero do ambiente educacional; considerando que o estado é  
148 cúmplice da violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e  
149 transexuais, quando não garante substanciais investimentos em políticas públicas  
150 para a população LGBT; considerando o contingenciamento de 17 milhões em  
151 emendas parlamentares aprovadas para ações LGBT em 2011, articuladas pelo  
152 movimento social LGBT; considerando em que 2011 não houve ações efetivas e  
153 significativas do Governo Federal frente ao combate à homofobia e promoção da  
154 cidadania de pessoas LGBT, sempre justificadas pela ausência de recursos;  
155 considerando, por fim, que neste cenário o papel do controle nacional e do próprio  
156 Conselho Nacional LGBT ficam comprometidos bem como a realização da segunda  
157 Conferência Nacional LGBT. As entidades da sociedade civil solicitam o imediato  
158 investimento do Governo Federal em políticas públicas para a população LGBT, em  
159 especial políticas de enfrentamento da homo,lésbi e transfobia e em caráter de  
160 urgência que o Conselho Nacional LGBT marque audiência com a Ministra Ideli  
161 Salvatti, Ministra das Relações Institucionais, Mirian Belchior, Ministra do  
162 Planejamento, Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência  
163 da República, para tratar do quadro acima descrito. Brasília 23 de setembro de  
164 2011. Articulação Brasileira de Lésbicas/ABL, o E-JOVEM, Associação Brasileira de  
165 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT, Associação Brasileira  
166 de Estudo do Hemocultura/ABEH e Articulação Nacional de Travestis e  
167 Transexuais/ANTRA”. Em seguida, o conselheiro Zezinho Prado esclareceu a  
168 entidade que representava naquele Conselho não assinou a referida porque sua

169 entidade achava que a estratégia estava errada. Esclareceu que era uma avaliação,  
170 não só da CNTE, mas da Central Única dos Trabalhadores/CUT, da Central de  
171 Movimentos Populares/CMP, da Liga Brasileira de Lésbicas/LBL, era que gostariam  
172 que o presidente do Conselho, Sr. Ramaís de Castro Silveira, ou mesmo o Conselho  
173 se esforçasse para que algumas autoridades citadas na carta recebessem o  
174 Conselho para uma conversa, porém não concordavam com o teor das solicitações.  
175 O conselheiro Celso Francisco Tondim destacou que seria interessante que a  
176 conselheira Rafaelly Wiest contextualizasse a maneira como a carta foi redigida.  
177 Lembrou que diferentemente do conselheiro da CNTE esteve presente na reunião e  
178 que o Conselho Federal de Psicologia não assinou a carta não porque não  
179 concordava, mas por uma questão de que a carta digitada não fora enviada para  
180 poder circular no âmbito do CFP para que este pudesse tomar posicionamento.  
181 Sugeriu que o presidente do Conselho viabilizasse os dados que poderiam  
182 consubstanciar os investimentos para que pudessem ter noção exata do que foi  
183 investido e do que não foi investido, mas enquanto conselheiro tinha convicção de  
184 que deveriam formalizar o pedido em carta, mesmo discordando ou não do  
185 conteúdo, mas, formalizar o pedido, pois, estavam nas vésperas de uma  
186 Conferência Nacional e só fazia sentido o controle social se houvesse o investimento  
187 efetivo. A conselheira Marinalva Santana ressaltou que era preciso que a carta fosse  
188 usada de forma responsável do ponto de vista político e não somente para fazer  
189 barganha ou chantagem, que fosse algo verdadeiro, e que assegurasse, inclusive a  
190 Conferência. A conselheira Irina Bacci enfatizou que não se tratava de uma carta do  
191 Conselho, era uma carta das entidades que trazia suas reivindicações ao Governo  
192 Federal e que seria encaminhada à Secretaria de Direitos Humanos e para todas as  
193 autoridades citadas na carta e conseqüentemente à Presidenta Dilma e era  
194 importante que o Conselho tomasse conhecimento do teor para que pudesse auxiliar  
195 a Secretaria de Direitos Humanos a consolidar os posicionamentos e ter o  
196 entendimento, de que eram reivindicações legítimas do movimento. Enfatizou que o  
197 clima de disputa estabelecido naquela discussão entre quem era central sindical,  
198 quem era movimento social e quem era Governo não devia acontecer. A conselheira  
199 Rafaelly Wiest atendendo pedido de contextualização da maneira como a carta fora  
200 redigida, esclareceu que o Movimento Social LGBT vinha buscando desde o  
201 Programa Brasil Sem Homofobia políticas efetivas do enfrentamento direto da  
202 população LGBT. Destacou que os conselheiros da sociedade civil estavam ali  
203 representando a grande massa de populações que sofriam violências  
204 cotidianamente. Partindo desse princípio esclareceu que o movimento se organizava

205 desde o ano de 2010, quando tiveram reuniões com vários Ministérios e puderam  
206 colocar a questão da política fazendo o contraponto do aumento da violência.  
207 Nessas reuniões a sociedade civil fez a solicitação oficial contextualizando a  
208 situação e solicitando a inclusão de recurso público para que o governo tivesse  
209 previsão orçamentária, visto que política pública efetiva na prática se dava com  
210 recurso financeiro e sem o recurso financeiro não era possível ter ações. Ponderou  
211 que o Governo Federal tinha várias ações, algumas boas, algumas muito boas e  
212 outras nem tão boas assim, a necessidade era que fossem atendidas de fato as  
213 reivindicações, ou seja, que tivesse recurso específico à população LGBT para as  
214 políticas de enfrentamento e principalmente as questões básicas como o  
215 enfrentamento da violência contra a população LGBT. Foi acordo no conselho pautar  
216 demandas concretas, a fim de que houvesse respostas concretas para a causa  
217 LGBT. Fazer também uma articulação no sentido de realização de reunião com os  
218 Ministros citados. **Denúncia ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação.**  
219 O presidente Ramais de Castro Silveira leu o e-mail recebido e informado pela  
220 conselheira Irina Bacci que continha o seguinte texto: *“Negação de direitos gays*  
221 *aguardando na boia da Marinha do Brasil. Não respeita decisão da justiça. Prezados*  
222 *membros do conselho e membros da Secretaria de Direitos Humanos segue em*  
223 *resumo um périplo do que estamos vivendo junto à Marinha para termos um direito*  
224 *reconhecido pelo STF e por sentença na justiça que ao ser dependente do João, já*  
225 *que sou seu cônjuge, esse direito consiste em ter acesso a tratamento de saúde*  
226 *pela Marinha e outros benefícios. Também tiramos fotos com crachás no corredor,*  
227 *há uma foto na frente do primeiro Distrito Naval e achamos que isso pode contribuir*  
228 *para dar mais vida a essa denúncia e pode gerar maior interesse pelo assunto. É um*  
229 *processo seriíssimo de negação de direitos e de uma homofobia institucionalizada*  
230 *que precisamos enfrentar. A Constituição só permite tratamento diferenciado na*  
231 *forma de garantir equidade e não para negar direitos, a conquista desse direito para*  
232 *o João e para mim abre portas para outros homossexuais na Marinha e em todas as*  
233 *Forças Armadas. Podemos apresentar todos os documentos que demos entrada em*  
234 *abril e agora pedimos ajuda ao Conselho Nacional e à Secretaria de Direitos*  
235 *Humanos, e o resumo está abaixo neste e-mail. Será que é possível ao Conselho e*  
236 *à Secretaria intercedam junto aos comandantes da Marinha para que essa violação*  
237 *de direitos cesse e que se reconheça imediatamente o nosso direito? Utilizamos*  
238 *expressões próprias da Marinha para ilustrar melhor o contexto. Aguardar na boia*  
239 *jargão usado na Marinha para deixar o marujo de molho. João Silva, marinheiro que*  
240 *protagonizou com o ativista Cláudio Nascimento o primeiro casamento civil gay no*

241 *Rio de Janeiro celebrado no mês passado, está aguardando na boia, desde abril, a*  
242 *Marinha não responde ao pedido de inclusão de Claudio como seu dependente.*  
243 *Abril de 2011. Boia I. Naquele mês João fez o pedido utilizando pacto de união*  
244 *homoafetiva de 2010 como prova de sua união estável, o serviço da Marinha daria a*  
245 *resposta em 90 dias. Boia II. No dia 12, passados quase 140 dias, o marujo volta à*  
246 *Marinha e é orientado a voltar o cadastramento de Claudio utilizando certidão de*  
247 *nascimento civil, não necessitando mais de fazer requerimento aparte. Boia III.*  
248 *Ontem, 19 de setembro, João e Claudio retornam à Marinha e de novo o pedido é*  
249 *recusado informando da necessidade de novo requerimento. Boia IV. O casal*  
250 *contrariado com o jogo de empurra vai ao jurídico da Marinha e depois de quase*  
251 *duas horas de molho no corredor esperando o Comandante Amaral é despachado*  
252 *ali mesmo pelo Cabo André Farias, que diz que o pedido de abril estava em uma*  
253 *pasta com vários outros aguardando decisão da Diretora Geral e Pessoal da*  
254 *Marinha. Ele disse que não tinha como apreciar quando sairia uma resposta*  
255 *definitiva, argumentando que ainda não tinha à mão o acórdão do STF que*  
256 *reconhece a união gay proferida em março e completa, é um assunto novo para a*  
257 *Marinha e que ainda aguardamos documentos normativos. O casal ofereceu à*  
258 *Marinha uma cópia do acórdão, já que o mesmo com toda estrutura que possui*  
259 *encontra dificuldades para acessá-los na sala de justiça. O casal resolveu entrar na*  
260 *justiça para que fosse respeitada a decisão do Superior Tribunal Federa/STF, que*  
261 *garante a equitação de direitos entre casais heterossexuais e casais gays e a*  
262 *sentença do juiz, Fernando Cesar Ferreira Viana, que converteu a união estável*  
263 *entre eles em casamento civil". Em seguida o presidente sugeriu que o Conselho*  
264 *encaminhasse ao Ministro da Defesa um pedido de informações sobre o caso*  
265 *especificamente, pois, tinha certeza que seria o suficiente para que qualquer entrave*  
266 *ou dificuldade pudesse ser saneado. O conselheiro Sérgio Sepúlveda ponderou que*  
267 *seria mais eficiente se o pedido fosse o endereçado diretamente ao Comando Geral*  
268 *da Marinha. O Conselho decidiu então que seria encaminhada solicitação ao*  
269 *Ministro da Defesa, com cópia ao Comando Geral da Marinha. **Disque Direitos***  
270 ***Humanos com a presença chefe do Disque Direitos Humanos, Sr. Pedro***  
271 ***Ferreira.*** O Sr. Pedro Ferreira iniciou sua explanação cumprimentando a todos e  
272 informando que sua intenção naquela Plenária era levar um balanço inicial acerca do  
273 que aconteceu no Disque Direitos Humanos no módulo LGBT em período de janeiro  
274 a agosto de 2011. Informou que através do Disque 100 houve 8.369 denúncias,  
275 sendo 793 relacionadas à questão LGBT. Que uma das características importantes  
276 do módulo LGBT era o número de pessoas que ligavam para buscar informação.

277 Ressaltou que outra coisa muito importante era o número de crianças ligavam para o  
278 módulo para buscar informações acerca de o que era gay, transexual e travesti.  
279 Além disso, houve também ligações questionando no que dizia respeito à legislação  
280 depois da decisão que o Supremo Tribunal Federal sobre a questão da união estável  
281 e sobre adoção, além de ações e políticas no que dizia respeito à promoção dos  
282 direitos a população LGBT. Destacou que foram 17.388 informações acerca de  
283 conceitos e definições. Ressaltou que a distribuição das denúncias por Unidade  
284 Federativa apresentava o Estado de São Paulo em primeiro lugar e que chamava  
285 atenção o Estado do Rio de Janeiro que aparecia sempre em segundo ou em  
286 terceiro, porém, era um Estado que possuía o serviço 0800, fazendo com que o Rio  
287 de Janeiro distribuisse as suas denúncias entre os Disque 100 e o serviço 0800,  
288 mas também o que chamava atenção era que os Estados da região norte não  
289 ligaram nenhuma vez no período e isso carecia de uma divulgação que teria que ser  
290 pensada. Informou que das 793 denúncias, 937 encaminhamentos foram feitos.  
291 Esclareceu que quando do recebimento da denúncia dependendo do seu teor, se  
292 não houvesse informações suficientes não daria para encaminhar porque os órgãos  
293 não apuravam com informações mínimas. Informou que as violações mais  
294 corriqueiras no Disque 100 era a violência psicológica em primeiro lugar 44%, a  
295 discriminação, a violência física, a violência sexual, a violência institucional, abuso  
296 financeiro, econômico e violência patrimonial e no módulo LGBT tinha mais a ver  
297 com seus pertences de quebrar, jogar fora e coisas nesse sentido. Destacou que a  
298 maioria das violações contra a população LGBT acontecia nas ruas. Enfatizou que  
299 algo que chegava em grande proporções no Disque 100 eram denúncias em local de  
300 trabalho, na casa da vítima, em escolas, casa de suspeitos, principalmente vizinhos  
301 que era uma coisa preocupava. Ressaltou ainda que chegavam denúncias de  
302 violações de todos os tipos, em diferentes lugares contra a população LGBT. E que  
303 no módulo LGBT quem mais denunciava era a própria vítima. Com relação a quem  
304 mais praticava as violações, informou que a maioria era desconhecida, seguido de  
305 vizinhos, amigos, empregador, parentes, mãe, irmãos, tio, pai padrasto, primos,  
306 companheiro, dentre outros. A maioria das vítimas estava na faixa etária entre 18 e  
307 30, a maioria se auto declarava branca, porém, a soma de pessoas que se auto  
308 declaravam de pele parda ou negra constituía a população negra, por isso a maioria  
309 seria população negra. Com relação a sexo, orientação e identidade e gênero  
310 informou que houve dificuldade, porque quando da elaboração e montagem do  
311 Disque foi determinado que seriam usadas essas três categorizações, o sexo  
312 biológico, a orientação sexual e a identidade de gênero e que a partir desses três

313 seriam identificadas todas as variantes que existiam dentro da população LGBT,  
314 porém, ainda não tinha o gênero travesti e transexual o que acarretou em dificuldade  
315 de encontrar público com o gênero. Em conseqüente começaram a coletar a  
316 informação dessa forma há mais ou menos três meses. Informou que a maioria das  
317 ligações recebidas era proveniente de pessoas do sexo masculino, com orientação  
318 heterossexual, homossexual e bissexual. Em seguida destacou que havia grande  
319 dificuldade de receber respostas de denúncias do módulo LGBT. Esclareceu que as  
320 denúncias recebidas em qualquer módulo eram encaminhadas igualmente, porém o  
321 módulo LGBT trazia dificuldades de resposta na questão quantidade. Destacou  
322 enfim, que acreditava que o CNCD/LGBT pudesse de alguma forma ajudar no  
323 sentido de pressionar as autoridades que recebiam as denúncias a mandarem as  
324 respostas para a Ouvidoria. Esclareceu ainda que as denúncias eram  
325 encaminhadas, dependendo da denúncia ou para Ministérios Públicos, delegacias,  
326 assistências sociais, Centros de Referências Especializados na questão LGBT e  
327 coordenadorias LGBT nos Estados. Em seguida o presidente Ramaís de Castro  
328 Silveira solicitou ao Sr. Pedro Ferreira que enviasse por e-mail aquela apresentação  
329 ao conselho para que este pudesse reenviar aos conselheiros. Questionou ainda  
330 quanto custava aproximadamente o Módulo LGBT para o Disque 100. Prontamente  
331 o Sr. Pedro Ferreira respondeu que o Módulo LGBT custava ente R\$ 1.800.000,00 a  
332 R\$ 2.000.000 por ano. Isto posto, o presidente Ramaís de Castro Silveira ressaltou  
333 que aquela era uma ação de recursos destinada especificamente no orçamento da  
334 Secretaria de Direitos Humanos para a temática LGBT, mas que talvez ela não  
335 aparecesse com clareza no orçamento porque estava no orçamento da Ouvidoria  
336 que era de mais de R\$ 15.000.000,00 só para questão do Disque 100. Na sequência  
337 solicitou ao Sr. Pedro Ferreira falasse um pouco sobre como era feita a capacitação  
338 dos tele atendentes do Disque Direitos Humanos. O Sr. Pedro Ferreira esclareceu  
339 que estavam naquele mesmo dia encerrando uma capacitação do Disque. Informou  
340 que as pessoas escolhidas eram todos universitários das áreas de ciências  
341 humanas e ou sociais que passavam por uma primeira etapa, a fim de checar a  
342 questão de redação, digitação, e depois, a mesmas eram encaminhadas à Ouvidoria  
343 para fazerem uma capacitação de 15 dias. Na primeira semana eles tinham um  
344 apanhado geral acerca de como funcionava a Secretaria de Direitos Humanos,  
345 sobre concepção geral de direitos humanos, palestras temáticas sobre todos os  
346 temas envolvidos; e na segunda semana eles entravam na sala para se aprofundar  
347 no tema que eles atenderiam. A conselheira Irina Bacci sugeriu ao Sr. Pedro Ferreira  
348 que em uma próxima apresentação levasse os dados em forma de gráfico, a fim de

349 melhor entendimento, mostrando o que era denúncia de fato e como elas eram  
350 filtradas na diferenciação entre denúncia e ligação. A conselheira ainda ponderou  
351 que eu honestamente achava desnecessário qualificar as pessoas por sexo, porque  
352 isso excluía e dava invisibilidade e que a violência que acontecia com os gays era  
353 completamente diferente das violências que aconteciam com travestis. Sugeriu que  
354 retirassem o termo identidade de gênero masculino e identidade de gênero feminino,  
355 por simplesmente masculino e feminino. Com relação a orientação sexual sugeriu  
356 que criassem no formulário uma opção de como as pessoas se identificavam, se  
357 heterossexuais, homossexuais, bissexuais, travestis, lésbicas, gays ou  
358 transgêneros, pois isso facilitava a nomenclatura para os usuários e  
359 conseqüentemente facilitava as denúncias. Em seguida a conselheira solicitou além  
360 da apresentação uma cópia da ficha de denúncias, a fim de que o conselho tomasse  
361 ciência e pudesse fazer sugestões de aperfeiçoamento para melhorar a qualidade  
362 de informação. Por fim, informou que em São Paulo fora criado um observatório de  
363 Homofobia a partir de um grupo de pessoas que haviam montado algo que se  
364 chamava Frente Paulista Contra a Homofobia com representações de organizações  
365 governamentais e não governamentais; representantes de várias entidades de  
366 Governo e Sindicatos, a princípio para tratar as questões de homofobia de São  
367 Paulo, mas no final, em parceria com alguns técnicos de ESIA acabou-se ampliando  
368 a atividade ao para o restante do Brasil. Lembrou que foram feitas também parcerias  
369 com alguns órgãos de combate à homofobia e questionou se seria possível fechar  
370 uma parceria também com o Disque 100, no sentido de tanto colocar um banner do  
371 Disque 100 no site do observatório, assim que ele fosse lançado, para que as  
372 pessoas que acessassem o site para denunciar a homofobia pelo observatório  
373 também o fizessem pelo Disque 100, como também inversamente, que os tele  
374 atendentes assim que tivessem finalizado uma ligação divulgassem que existia um  
375 observatório e se a pessoa quisesse denunciar lá, era outra ferramenta, pois, no  
376 observatório havia um questionário de 133 perguntas com o objetivo de qualificar a  
377 homofobia de fato. A conselheira Lohren Beauty solicitou esclarecimentos sobre o  
378 fato de ter duas amigas transgêneros que foram discriminadas uma casa noturna, as  
379 quais fizeram denúncia ao Disque 100 e não tiveram encaminhamentos da questão,  
380 devido não saberem de fato o nome da pessoa que gerenciava a casa noturna em  
381 questão, somente endereço, local, nome da casa noturna e horário, o que em sua  
382 opinião já era o suficiente. O Sr. Pedro Ferreira reconheceu que ocorrido foi um erro  
383 metodológico do tele atendente. Por conseguinte solicitou à conselheira Lohren  
384 Beauty que pedisse que as suas amigas ligassem novamente e ele mesmo

385 orientaria o caso. Questionou se a conselheira tinha o número de protocolo de  
386 atendimento, para que ele pudesse buscar o tele atendente que fez o atendimento e  
387 melhor orientá-lo. A conselheira Marinalva Santana questionou se o Disque 100  
388 possuía a sistematização por Estado e por tipo de denúncia e se tivessem expos  
389 desejo de receber os dados referentes ao Estado do Piauí para que inclusive fosse  
390 possível a otimização, pois o Estado tinha um Disque em nível de município que  
391 funcionava desde 2005 com duas delegacias que combatiam as práticas  
392 discriminatórias. Questionou ainda se o Disque 100 solicitava informações de dados  
393 do denunciante para posteriores informações dos encaminhamentos das denúncias  
394 feitas. Sugeriu ainda que intensificassem devido a importância, a divulgação do  
395 Disque 100. Sugeriu que a área de coordenação do Disque 100 pensasse a  
396 viabilização de um encontro de capacitação reunindo o próprio Disque 100, os  
397 Disques Municipais e Estaduais, a fim de uniformizar a forma de atendimento.  
398 Respondendo os questionamentos da conselheira Marinalva Santana, o Sr. Pedro  
399 Ferreira esclareceu que sobre a questão de sistematização por Estado, que o  
400 Disque 100 não possuía as informações desagregadas por Estado, mas ponderou  
401 que era viável fazer isso inclusive otimizando o sistema. Com relação à questão de  
402 ter contato com os outros disques a fim de fazer interlocução, informou que a  
403 atividade já era desenvolvida no Rio de Janeiro, também com o Governo Federal,  
404 com SEPPIR, com FUNAI, com DEPEN e com Ministério da Cultura, porém não  
405 haviam pensado ainda na possibilidade de fazer um evento específico, mas que  
406 poderiam conversar a respeito da sugestão colocada. Em relação ao contato das  
407 pessoas, informou que acatavam denúncias anônimas, porém se a pessoa tivesse o  
408 número do protocolo e conseguisse confirmar algumas informações repassavam o  
409 encaminhamento da denúncia. A conselheira Tamara questionou se devido ao  
410 grande número de crianças e adolescentes que ligavam para pedir informações das  
411 definições de gênero, se seria possível saber o número de ligações e se havia casos  
412 em que a população de crianças e adolescentes se apresentava como vítima de  
413 violações. Questionou se os dados eram disponibilizados on-line na forma de  
414 relatórios e se fosse, qual a sua periodicidade; como juridicamente era feita a  
415 classificação casos; e, por fim, se havia índices de que esses casos se  
416 convertessem em processos judiciais ou em boletins de ocorrência. Em resposta o  
417 Sr. Pedro Ferreira informou que as ligações de crianças e adolescentes eram mais a  
418 título de curiosidade, para saberem informações de conceituações, por isso não se  
419 identificavam. Com relação à disponibilização dos dados on-line, esclareceu que os  
420 dados não eram ainda on-line, porém já havia um projeto com previsão de

421 lançamento para março de 2012 de criar um web site com uma rotina de dados,  
422 alimentação dados e com possibilidade de cruzamento de geração de gráficos. Com  
423 relação ao questionamento se as denúncias viravam ou não inquérito, lamentou que  
424 não pudesse dar a resposta justamente pelo fato que havia falado anteriormente,  
425 havia dificuldades na Ouvidoria quanto ao recebimento de respostas das denúncias  
426 encaminhadas. Dado o adiantado da hora o presidente Ramaís de Castro Silveira  
427 agradeceu a presença e os esclarecimentos do Coordenador-Geral do Disque  
428 Direitos Humanos, Sr. Pedro Ferreira. Os trabalhos da tarde foram iniciados sob a  
429 coordenação da conselheira e Vice-Presidenta Irina Bacci que fez uma breve  
430 contextualização sobre as deliberações e discussões da reunião da parte da manhã.  
431 O secretário executivo do Conselho, Sr. Igo Martini informou sobre o recebimento,  
432 no dia anterior, da Comissão Organizadora Catarinense que fazia alteração da data  
433 da conferência para os dias 11 a 13 de novembro. Informou ainda que o Governador  
434 Agnelo Queiroz também no dia anterior havia convocado a Conferência Distrital. Em  
435 seguida a conselheira Irina Bacci passou ao primeiro item de pauta. **Informes da**  
436 **Subcomissão Conteúdo.** O conselheiro Vinícius Alves da Silva informou que os  
437 critérios de participação elencados pela Comissão foram divididos entre titulares e  
438 suplência. Os critérios para participação da titularidade eram acompanhar além do  
439 seu estado, no máximo duas conferências, para permitir que o máximo de  
440 conselheiros pudessem acompanhar as conferências e preferencialmente, por  
441 questão de atuação, que o mesmo fosse da região. O critério para participação da  
442 suplência seria de acordo com a sua disponibilidade e necessidade do CNCD.  
443 Quanto à mobilização pelos Estados ficou certo que acompanharia a conferência  
444 pelo Estado do Acre a conselheira Lohren Beauty, pelo Amazonas o conselheiro  
445 Carlos Alberto Monteiro Alves, pelo Pará o conselheiro Marcus de Abreu Freire,  
446 Rondônia conselheira Janaína Oliveira, Roraima, conselheiro Zezinho Prado,  
447 Tocantins conselheira Jovanna Baby, Alagoas conselheiro Zezinho Prado, Ceará  
448 conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves, Maranhão e Piauí, conselheira Keila  
449 Simpson, Pernambuco conselheira Marinalva Santana, Sergipe conselheira Lohren  
450 Beauty, Goiás conselheiro Marcus de Abreu Freire, Mato Grosso conselheira  
451 Janaína Oliveira havia se disponibilizado caso nenhum conselheiro quisesse  
452 acompanhar a conferência, DF conselheira Janaína Oliveira, Minas Gerais  
453 conselheira Yone Lindgren, Espírito Santo conselheira Jovanna Baby, Rio de Janeiro  
454 e São Paulo conselheira Chopelly Gladyntton, Paraná conselheira Irina Bacci e Rio  
455 Grande do Sul conselheira Marinalva Santana, Santa Catarina e Rio grande do  
456 Norte conselheira Yone Lindgren, Bahia conselheira Irina Bacci, Paraíba conselheiro

457 Celso Francisco Tondin e Amapá conselheira Milena Passos. Em seguida, visto que  
458 alguns conselheiros não se faziam presentes em Plenária a conselheira Irina Bacci  
459 solicitou que fizessem os informes de como estavam as atividades para a realização  
460 das conferências nos Estados. O Conselheiro Toni Reis informou que houve a  
461 conferência municipal de Curitiba e que ainda estavam por realizar-se a conferência  
462 em Umuarama. Teriam ainda uma conferência livre em Toledo. A conselheira Irina  
463 Bacci informou que a Conferência de São Paulo estava agendada para 28, 29 e 30  
464 de outubro. Informou que o Estado foi dividido em regiões conforme o mapa  
465 administrativo da área da saúde, que dividia o estado em cinco macrorregiões e nas  
466 cinco macrorregiões, houve estabelecimento nove regionais para fazer um processo  
467 de discussão prévia à conferência estadual. Lembrou que teriam a regional da  
468 grande São Paulo, dia 12 de outubro, a regional da Baixada Santista e do Vale do  
469 Paraíba, a regional de Sorocaba, a regional de Piracicaba, a regional de Presidente  
470 Prudente e São José do Rio Preto, Bauru e Ribeirão Preto, a fim de poder trazer as  
471 cidades que estavam no entorno dos grandes polos, para fazer a discussão da  
472 conferência estadual. A conselheira Rafaelly Wiest destacou que era importante que  
473 a Conferência Nacional tivesse representação de 60% do gênero feminino e além do  
474 respeito o comprometimento de que os conselheiros que representariam a  
475 sociedade civil em todos os estados brasileiros que eles de fato ajudassem a  
476 mobilizar. A conselheira Lohren Beauty informou que já havia acontecido a  
477 conferência municipal de Campinas, a municipal. Porém, estavam tendo problemas  
478 no estado de São Paulo, onde maioria dos municípios que estavam fazendo  
479 conferências proibia a participação de adolescentes nas mesmas. A conselheira  
480 Irina Bacci ponderou que seria importante o envio um ofício da Comissão  
481 Organizadora Nacional aos municípios falando do direito dos adolescentes  
482 participarem da conferência. Foi questionada a viabilização do ofício e consenso de  
483 que o Grupo E-Jovem faria o ofício e a secretaria executiva do Conselho daria  
484 resposta com parecer positivo. A Conselheira Chopelly Glaudystton informou que as  
485 conferências de Pernambuco já haviam começado. A de Recife, já executada. A  
486 Conferência Estadual de Pernambuco estava marcada para o início de novembro e  
487 no mês de outubro começariam as conferências regionais. O conselheiro Vinícius  
488 Alves da Silva informou que havia no Estado da Bahia um prejuízo de equipe de  
489 apoio técnico por parte do próprio governo para poder mobilizar a conferência. E um  
490 outro problema denunciado em carta pública, era a ausência da presença das  
491 secretarias que compunham a Comissão Organizadora Estadual nas reuniões da  
492 Comissão Organizadora Estadual. Informou ainda que o Estado da Bahia tinha

493 previsão de 17 conferências territoriais. O secretário executivo Igo Martini informou  
494 que segundo comunicado diretamente do Sr. Roberto Loyola que o mesmo assumira  
495 pelo Governo do Estado da Bahia a Comissão Organizadora Estadual baiana,  
496 garantindo assim o compromisso de acompanhar todas as reuniões e voltar o  
497 diálogo com a Comissão Organizadora Nacional. A conselheira Marinalva Santana  
498 informou que a Conferência do Estado do Piauí estava marcada para os dias 25 e  
499 26 de outubro de 2011. Ainda que já havia acontecido as conferências municipais  
500 em Teresina e Parnaíba. Ponderou que particularmente o quadro se agravara na  
501 conferência municipal e que o cenário era muito mais desanimador do que na  
502 primeira conferência, havia risco até de dizer que a conferência de Teresina do ano  
503 de 2011 ano foi muito mais pobre, o debate foi ruim em se comparando com a  
504 primeira conferência. A conselheira Irina Bacci solicitou ao secretário executivo do  
505 conselho que envidasse esforços na função de articular com o GDF, para fazer com  
506 que a comissão organizadora se instalasse o mais breve possível para que fosse  
507 possível a realização da conferência no Distrito Federal. A Sra. Ivanilda Figueiredo,  
508 que como chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Promoção de Direitos  
509 Humanos disse que poderia em conversa com a Secretária Nacional viabilizar o  
510 envio de ofícios da Ministra aos Estados que tinham problemas na realização das  
511 Conferências. Informou ainda que foi selecionada uma consultora de Brasília que  
512 trabalhava na questão LGBT para fazer a coleta de dados e trabalhar os dados  
513 relacionados ao Módulo LGBT no Disque 100. Propôs a formação de um grupo de  
514 trabalho que fosse composto por conselheiros e conselheiras, e pessoas ligadas a  
515 área acadêmica para que se elaborasse a metodologia de análise dos dados.  
516 Informou ainda que sobre carta lida naquela reunião que propunha a realização de  
517 reunião com Ministros, que a Ministra Maria do Rosário estava naquela tarde em  
518 reunião com o Ministro Gilberto Carvalho, com a Ministra Ideli Salvatti e com a  
519 Ministra Gleisi Hoffman, para marcar uma reunião com o Conselho Nacional LGBT.  
520 Solicitou que o Conselho indicasse algumas pessoas que pudessem participar dessa  
521 reunião. A conselheira Irina Bacci sugeriu que as pessoas indicadas para o Grupo  
522 de Trabalho solicitado fossem duas pessoas da Câmara técnica de Monitoramento e  
523 Avaliação, e duas pessoas da Câmara Técnica de Violência, porque elas interagem.  
524 E solicitar à ABEH que indicasse mais dois pesquisadores. Em seguida houve  
525 divergência de alguns conselheiros quanto a indicação e foi consenso a formação a  
526 seguir: duas pessoas da Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento,  
527 Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e  
528 Direitos Humanos LGBT, duas pessoas da Câmara Técnica de Monitoramento,

529 Prevenção e Combate à Violência Contra a População LGBT e o o Professor Doutor  
530 Luiz Mello da UFGO sugerido pelo conselheiro representante da ABEH, Leandro  
531 Colling. Para a reunião com os ministros que foi pautada pela carta das entidades da  
532 sociedade civil LGBT foi consenso de poderia ser trabalhada a ideia de que todos os  
533 representantes da sociedade civil participassem da reunião. **Subcomissão de**  
534 **Comunicação.** A conselheira Chopelly Glaudystton informou que a subcomissão fez  
535 um mapeamento de sites e veículos de comunicação especializados e parceiros  
536 onde pudessem estar divulgando a conferência e notícias sobre a conferência. E  
537 como proposta da Subcomissão a circulação de uma lista entre os demais  
538 conselheiros para que indicassem outros meios ou veículos para que a conferência  
539 fosse divulgada, de outros estados. Propôs ainda a acessibilidade de internet no  
540 local da realização das conferências. Destacou que era necessário ter alguém da  
541 subcomissão de comunicação responsável por articular e/ou se reunir com a  
542 assessoria de comunicação para dirimir problemas ou comunicar assuntos  
543 importantes, seguindo as escalas apontadas pela subcomissão. Informou que a  
544 comissão sugeria que os conselheiros presentes às etapas estaduais, pudessem  
545 elaborar um relatório com as principais notas da conferência que estava sendo  
546 realizadas e que todas as informações seriam repassadas por e-mail. Informou que  
547 a Subcomissão sugeriu aprovar a proposta de cartaz I. O conselheiro Celso  
548 Francisco Tondin ponderou que o cartaz era muito básico. A conselheira Irina Bacci  
549 propôs que solicitassem à secretaria executiva do conselho, ou ao coordenador  
550 geral LGBT, uma intervenção da área de comunicação da Secretaria de Direitos  
551 Humanos, para que se produzisse um material visual de comunicação, que  
552 dialogasse com a população LGBT. **Subcomissão de Relatoria e Conteúdo.** O  
553 conselheiro Leandro Colling informou que o temário central da conferência foi  
554 dividido vinte temas que seria: saúde, meio-ambiente, direitos humanos, relações  
555 exteriores, educação, sistemas de justiça, compreendendo sistemas de justiça os  
556 sistemas de internatos funcionais de proteção, o STF, segurança pública, secretarias  
557 do Ministério da Justiça e todas as suas estruturas, segurança pública e combate à  
558 violência, trabalho e geração de renda, comércio popular, previdência social,  
559 desenvolvimento social, combate à miséria, cultura, turismo, esporte, comunicação  
560 social, mulheres, igualdade racial e juventude, poder legislativo e participação social.  
561 Ainda que os temários havia sido divididos em nove grupos de trabalho: que  
562 trabalhariam as demandas propostas previstas no plano, na perspectiva de manter,  
563 suprimir ou alterar, ou novas propostas. Os grupos de trabalho deveriam pensar em  
564 conformidade com o artigo 22 do regimento interno da 2ª Conferência Nacional

565 LGBT, as especificidades seriam obrigatoriamente consideradas no temário e  
566 grupos de trabalho, orientação sexual, gênero e identidade-gênero, geracional, raça  
567 e etnia, questões regionais, pessoa com deficiência, populações tradicionais e  
568 populações em situação de rua. O roteiro sugerido para as conferências estaduais  
569 era que as conferências estaduais deviam diagnosticar e avaliar as ações estaduais,  
570 distritais e nacionais; aprovar diretrizes que orientassem a elaboração das ações  
571 existentes ou propor novas ações se necessário. O produto da plenária final seria as  
572 deliberações da conferência que norteariam a execução do segundo plano. Foi  
573 acordo no pleno que o grupo de saúde ficou sozinho, meio-ambiente ficou para o  
574 grupo desenvolvimento social e combate à miséria e meio-ambiente como grupo  
575 transversal; o grupo 8 que tinha mulheres, igualdade racial e juventude, ficou,  
576 enfrentamento ao machismo e mulheres, enfrentamento ao racismo e igualdade  
577 social e juventude, no item 16 da divisão do temário central seria revertido para  
578 enfrentamento ao machismo e mulheres, e o 17 ficaria enfrentamento ao racismo e  
579 igualdade racial, juventude. O conselheiro Gustavo Bernardes informou que com  
580 relação ao número de textos-base que seriam impressos na primeira versão, sem as  
581 contribuições, seria de 6.000 exemplares, distribuídos proporcionalmente conforme o  
582 número de delegados de cada estado. Em seguida a conselheira Irina Bacci  
583 apresentou a proposta de programação da Conferência Nacional. Foi dado como  
584 encaminhamento da questão que a secretaria executiva enviaria todos os  
585 documentos necessários para fosse possível a escolha dos diálogos temáticos no  
586 prazo de 26 a 30 de setembro, e também que providenciasse o envio do texto-base  
587 ao e-mail de todos para que pudessem articular nos estados. **Encerramento.** Sem  
588 tempo hábil para mais discussões e esclarecimento a Vice-Presidenta Irina Bacci  
589 agradeceu a disponibilidade de todos e encerrou a reunião.